

**UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO  
RIO GRANDE DO SUL - UNIJUÍ**

**MARCELO FRIPP**

**O JORNALISMO NA POLÍTICA PARTIDÁRIA – UMA DISCUSSÃO ENTRE A  
FUNÇÃO DE UM PARA A EXISTÊNCIA DE OUTRO**

Ijuí (RS)

2012

**MARCELO FRIPP**

**O JORNALISMO NA POLÍTICA PARTIDÁRIA – UMA DISCUSSÃO ENTRE A  
FUNÇÃO DE UM PARA A EXISTÊNCIA DE OUTRO**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação - DACEC, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Marcio da Silva Granez

Ijuí (RS)

2012

Dedico os positivos resultados desta monografia, e as conquistas que dela sejam consequência, às pessoas que a mim devotaram esforços para que atingisse meus objetivos e junto comigo dividiram os sonhos deste momento.

Este meu triunfo de agora é dedicado aos professores Jorge Luiz e Luci Terezinha; meus pais, a bacharel em direito Denise Isabel; minha esposa, e ao João Eduardo, meu filho.

Também faço a mesma dedicatória aos meus eternos ídolos e inspiradores, Ernesto e Charles.

## **AGRADECIMENTOS**

Depois de tanto pelear para aqui chegar devo um “muito obrigado” a muitas pessoas que me acompanharam, me incentivaram e me deram oportunidades durante o período em que transitei pelos meios acadêmicos.

Aos meus professores, em especial André Gagliardi, Celestino Perin, Marcio da Silva Granez, Paulo Ernesto Scotegagna, Valdir Graniel Kinn e Vera Lúcia Spacil Radatz.

Aos meus patrões, Edmundo Henrique Pochmann, Andréia Santos e Lendro Pinto.

Aos amigos e colegas, em especial à Alex, Cândida, Célio, Felipe, Fernanda, Gelson, Ivan, Lara, Leila, Letícia, Júlia, Maristela, Mireli, Neila, Paula, Rafael e Rosa.

Aos meus irmãos, Jairo Roberto Fachi, Fernando Vieira Goettems e Jonas Martins.

Aos meus pais, Jorge Luiz e Luci Terezinha Fripp; a minha esposa Denise Isabel Wuaden, e ao meu filho João Eduardo Wuaden Fripp.

A cada um dos aqui relacionados, gostaria de fazer uma particular dedicatória, no entanto, as limitações do momento me impedem, mas quero que entendam o quanto sou grato a cada um e o quanto levo comigo o que cada um representa.

## **RESUMO**

O presente trabalho, resultado do processo de conclusão do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, sob orientação do Professor Marcio da Silva Granez, tem como temática central o Jornalismo Político. Aborda-se aqui, a partir de pressupostos e conseqüente investigação, a relação existencial entre o jornalismo e a política, tratando desde a formação de ambos amparados pelos conceitos da comunicação, perpassando por comprovações históricas até a conformação contemporânea. Ainda, enfatiza-se aqui a função do profissional que atua no jornalismo político, na intenção de estimular e orientar acadêmicos e novos jornalistas que pretende atuar nesta área.

Palavras-chave: Jornalismo político. Política. Repórter. Assessoria.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	6
1 A RETÓRICA, PRESSUPOSTO DA POLÍTICA .....	9
2 O JORNALISMO .....	15
2.1 A evolução técnica .....	16
3 A FUNÇÃO DO JORNALISTA NO JORNALISMO POLÍTICO .....	20
3.1 A isenção como consequência ética .....	22
4 O JORNALISMO POLÍTICO: SUA HISTÓRIA E SUA ARTE .....	24
4.1 A história .....	24
4.2 O berço: do Brasil Colônia à Independência .....	24
4.3 No “trem” da industrialização às espadas .....	26
4.4 O Estado Novo e o novo jornalismo: das redescobertas à censura .....	27
4.5 O fim do chumbo dos militares .....	30
4.6 Redemocratização e renascimento: a nova política e o jornalismo contemporâneo .....	31
4.6 A arte.....	33
5 ASSESSORIA TAMBÉM É JORNALISMO .....	37
CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS.....	45

## INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a conquista de votos, muito além do bem comum do povo, é o principal trabalho que exerce um político. Notoriedade e fama são buscas constantes entre os trabalhos realizados pelos homens públicos. Para tanto, a competência de uma assessoria de imprensa é imprescindível para ter seus atos, discursos e fotos estampados em jornais, internet, televisão ou em chamadas de rádio.

Nessa ótica, o jornalismo acaba sendo veículo fundamental para que o político se faça amado pelo povo e não só conquiste sua liberdade, mas, ganhe confiança e, principalmente, seus votos. No entanto, esta monografia busca apresentar um viés de mão dupla, ou seja, buscando comprovar que não só os políticos e a política se fazem pelo jornalismo, como o jornalismo é existencialmente ligado, de forma intrínseca, à política.

O viver em comunidade, ou em sociedade organizada, para o ser humano, sempre foi estreitamente ligado ao poder de se comunicar, ou ao instinto natural de fazer a comunicação. Conforme descreveu Baccega (2002), no mundo globalizado e contemporâneo, quando se fala em comunicação, pensa-se logo na mídia e no processo emissor>mensagem>receptor. Mas a comunicação é muito mais do que isso, argumenta a autora: trata-se da construção de significações e sentidos que pautam a vida cotidiana, por meio da circulação de múltiplos saberes, presentes na construção simbólica e na percepção do mundo e nos processos de socialização em geral. Nas palavras da autora:

O mundo que conhecemos [...] é trazido ao nosso conhecimento previamente editado pela mídia, atendendo a interesses que não obrigatoriamente são os nossos. Nós não presenciamos os fatos. Delegamos aos repórteres, agências de notícias e outros profissionais e empresas que os presenciem e nos relatem o que viram. Mas é esse mundo “relatado”, editado, modificado com supressões ou acréscimos que vai se consolidar como a base de nosso conhecimento, que vai possibilitar que, a partir dele, pensemos na construção de outras variáveis históricas. [...] É preciso pensar dialeticamente: os próprios meios que nos oprimem com sua verdade única, são os que possibilitarão que rompamos a cadeia (BACCEGA, 2002, p. 48).

Direcionando o que é teorizado e experimentado por Maria Aparecida Baccega ao sistema organizacional da sociedade, ou seja, à política social, a vida cotidiana das pessoas está ligada às mídias e seus veículos e, conseqüentemente, ao jornalismo. Assim sendo, a política eleitoral e suas conseqüências também se fazem por essas vias. Nesse sentido, as teorias do jornalismo justificam o sucesso alcançado por políticos que, conscientemente, utilizam-se de técnicas da área para alcançar seus objetivos.

Essa monografia traz como tema central o “Jornalismo Político”, tendo como objetivo principal destacar a importância do jornalismo (e suas ramificações – e entre elas a retórica já estudada pelos gregos no século V a.C.) na política, destacando assim o funcionamento da política partidária através do jornalismo e vice-versa.

Propõe-se aqui uma discussão sobre como os políticos e a política partidária utilizam-se do jornalismo, quais interesses estão moldados nessa relação entre política e jornalismo e, em tempo, como um existe a partir da atividade do outro.

Apesar de tratar a retórica a partir dos gregos, quando busca uma explicação política para a existência de tal, este trabalho está concentrado nos limites do Brasil. Traz-se à discussão aqui o que é, como funciona e como é compreendido o Jornalismo Político; também suas funções e seus agentes. Ainda, como proposto pelos objetivos, comprova-se através de relato histórico a intrínseca relação entre o Jornalismo e a Política.

Assim, o Capítulo I faz um apanhado sobre o estudo da Retórica. A arte do discurso como fundamento para o convencimento político, tratando do assunto com



exemplos que marcaram a história do ser humano, dos gregos ao jornalismo político brasileiro.

No Capítulo II é apresentada, de forma evolutiva, a existência do Jornalismo, citando seu surgimento como consequência da necessidade humana de se comunicar. Ainda, é feito um relato cronológico da evolução técnica dos veículos de comunicação que são plataformas para o jornalismo.

O Capítulo III tem como título “A função do jornalista no jornalismo político”. Relata-se aqui, através de experiências transcritas em bibliografias, como deve ser a atuação do profissional que atua no jornalismo político, destacando importante adendo sobre ética na profissão.

Foi reservado ao Capítulo IV o tema central desta monografia: O Jornalismo Político. Comprova-se aqui, através de um relato histórico, a existência do Jornalismo (e conseqüentemente do jornalismo político) no Brasil em função da política. Ainda, faz-se referência aos fundamentos básicos da arte de se fazer jornalismo político.

Por fim, o Capítulo V é uma consequência do anterior, pois, para os agentes que fazem à imprensa privada de redações no Brasil a imprensa institucional não faz jornalismo. E é exatamente o contraponto a esta prerrogativa que é transcrito neste último capítulo.

## 1 A RETÓRICA, PRESSUPOSTO DA POLÍTICA

*O pastor Miguel Brun me contou que há alguns anos esteve com os índios do Chaco paraguaio. Ele formava parte de uma missão evangelizadora. Os missionários visitaram um cacique que tinha fama de ser muito sábio. O cacique, um gordo quieto e calado, escutou sem pestanejar a propaganda religiosa que leram para ele na língua dos índios. Quando a leitura terminou, os missionários ficaram esperando.*

*O cacique levou um tempo. Depois, opinou:*

*- Você coça. E coça bastante, e coça muito bem.*

*E sentenciou:*

*- Mas onde você coça não coça. (GALEANO, 2003, p. 28).*

Somos grandes admiradores dos melhores professores ou mestres. Muitas das melhores ideias de que temos conhecimento na história do pensamento partiram deles. Porém muitos desses líderes partilham um defeito principal: escrevem e falam com uma eloquência que beira o exibicionismo. Estamos convencidos que as maiores verdades são as verdades simples. As maiores lições são as fáceis de entender. Mas quando uma verdade simples é mascarada com verbosidades, em geral, ela fica impedida de abrir caminho para aqueles que mais precisam dela.

A maioria dos bons métodos de aprendizagem é criteriosa. Toda criança ou jovem aprende através de muitos desses métodos. Contudo, quando os estudantes começam a ler o jargão, eles se “desligam”. Eles começam a duvidar de seu bom senso, porque “os peritos” o tornam complicado. Certamente, é sabido que cada disciplina possui seu jargão. Mas cada jornalista de primeiro ano aprende a ler “dilacerações, contusões e abrasões” nos boletins hospitalares e reportá-los como “cortes, machucados e arranhões”.

Todo redator júnior de propaganda cresce com o “SE” inculcado em seu cérebro: Simplifique, Estúpido (SE, ou em inglês KISS, ou seja, *keep it simple, stupid*).

Todo bom orador público cresce com o ex-primeiro ministro britânico Winston Churchill como modelo. Ele “arremessava as palavras para a batalha” para unir uma nação inteira durante a Segunda Guerra Mundial. E as palavras eram simples e

diretas: “Devemos continuar até o fim. Devemos lutar na França. Devemos lutar nos mares e oceanos. Devemos lutar nas praias, nos campos, nas ruas e nas montanhas. Nunca devemos nos render.”

A teoria de justiça elaborada por John Rawls e Ronald Dworkin (1971) tem pontos comuns. Destaca-se, entretanto, a simplicidade com que é comunicada. Como exemplo, podemos citar os procedimentos para a distribuição dos bens numa sociedade regida por leis (contrato).

Aqueles que fazem as regras não poderão tirar vantagens dela. Os contratantes terão o seguinte princípio racional: o Princípio do Pudim. Eu divido o pudim, mas quem tem o direito de pegar o primeiro pedaço é a sociedade. Julgar segundo critérios o mais filosoficamente possível que favoreça uma situação ideal, com imparcialidade, igualdade, racionalidade, criando um parâmetro no qual se possam “medir” as concepções várias. Entretanto, todo elemento que demonstrar posições tendenciosas, individuais ou de grupo, deve ser excluído.

Assim, simples.

Na novela “Roque Santeiro”<sup>1</sup>, o professor *Astromar Junqueira* era o encarregado de fazer os discursos em nome do prefeito, que não tinha nenhuma habilidade para tal e não tinha nenhum contato com as letras. A verborragia do professor era de fazer inveja a Rui Barbosa. Uma de suas maiores fãs, a viúva Porcina, não perdia um discurso seu. Era sempre uma das assistentes mais entusiasmadas. Um dia, uma amiga sua, que a acompanhou em uma solenidade e não estava entendendo nada da fala, vendo o entusiasmo incontido de Porcina, que não parava de aplaudir e ovacionar o orador, inquiriu:

“- Porcina, o que é mesmo que ele está dizendo?

- Não sei. Mas ele fala tão bonito!”

A milenar sabedoria chinesa já ensinava, através de provérbios, que “as tagarelices não cozinham o arroz”. Mas, ao que parece para nós ocidentais, a lição

---

<sup>1</sup>Roque Santeiro é uma telenovela brasileira produzida pela Rede Globo e exibida de 24 de junho de 1985 a 22 de fevereiro de 1986, com 209 capítulos, escrita por Dias Gomes e Aguinaldo Silva baseado em original do próprio Dias Gomes, a peça de teatro O Berço do Herói.

que melhor aprendemos foi a dos gregos, iniciada pelos sofistas. A eloquência de seus oradores tinha um poder persuasivo que fez escola. Os adornos empolados ou pomposos de seus discursos atravessaram os séculos, mantendo sua forma primorosa, porém vazia de conteúdo. Os romanos tentaram dar um sentido acadêmico ou pedagógico à prática da retórica. Metodicamente dividiram o estudo da retórica em cinco partes:

- a- INVENTIO – ou descoberta dos argumentos;
- b- DISPOSITIO – ou arranjo das ideias;
- c- ELOCUTIO – ou descoberta da expressão apropriada para cada ideia, o que inclui o estudo das figuras, ou “tropo”;
- d- MEMORIA – ou memorização do discurso;
- e- PRONUNTIATIO – ou apresentação oral do discurso para uma audiência.

A eloquência dos romanos, como arte de falar bem, mantendo as qualidades de ser persuasivo, expressivo, convincente e, às vezes, até deleitar ou comover, não tinha o ranço sofista dos gregos, nem um Platão para fazer o contraponto.

Chega até a contemporaneidade o vocábulo “sofisma” como sendo um argumento aparentemente válido, não conclusivo, e que supõe má fé por parte de quem o apresenta, um argumento falso formulado de propósito para induzir outrem ao erro, ou seja, uma falácia.

Crítico feroz dos sofistas, Platão apresentava, como contraponto, a dialética, como processo de aquisição da verdade que consiste em se levar à efetiva realização da virtude, à plenitude da vida moral. Pregava a dialética como arte do diálogo ou da discussão, como força de argumentação, desenvolvendo processos gerados por oposições que provisoriamente se resolvem em unidades. Hegel (tese e antítese) dá um significado lógico e ontológico, referindo-se tanto ao processo de desenvolvimento das ideias quanto ao movimento da própria realidade. Para ele a natureza verdadeira e única da razão e do ser que são identificados num e noutro, se definem segundo o processo racional que procede da união incessante de contrários, numa categoria superior, a síntese. A concepção hegeliana foi

incorporada e reformulada pelo marxismo, através de descrição exata do real (JAEGER, 1989).

A retórica sofista, no entanto, parece que prevaleceu nos discursos e escritos do mundo ocidental. Sua marca maior era a competência dos discursos. Para Platão, não se chegaria à democracia enquanto o refinamento vazio do discurso oral continuasse prevalecendo sobre a sabedoria.

A retórica até pode ser uma forma de se fazer política, desde que não se transforme em meio de ludibriar os fins da mesma. Era isso que Platão atacava com veemência, ou seja, o desprezo moral da retórica e o seu puro formalismo, em detrimento do conteúdo, e que dela fazem um mero instrumento para a luta sem escrúpulos.

Platão, no *Górgias*, diz que “o problema das relações da retórica com a verdade e a moral fica momentaneamente ofuscado pelo brilho superior da importância da retórica como criadora da cultura espiritual e da comunidade humana”.

Reconhece-se, nas entrelinhas, que o papel da retórica não seria por certo muito brilhante, se não pudesse oferecer mais do que os seus censores filosóficos lhe concedem: uma rotina formal destinada a convencer a multidão ignorante. Isócrates forceja por libertá-la desta vinculação à prática da demagogia. Para ele, a sua verdadeira essência não reside na técnica da condução das massas, mas sim naquele ato espiritual, fundamental e muito simples, que todos os homens realizam diariamente perante si próprios, quando meditam no seu íntimo e para consigo mesmos, acerca do seu próprio bem e mal. Neste ato, não se podem distinguir artificialmente forma e conteúdo, mas a capacidade de julgar – que é o do que se trata – consiste em saber adotar a decisão acertada para cada situação. É claro que assim o acento desloca-se de forma estilística para a própria natureza e para a exatidão do conselho dado pelo próprio orador; e é precisamente isto o que Isócrates quer. A cultura por este preconizada não é uma cultura unilateralmente estilística e formal; a forma brota nela diretamente do objeto. Este objeto é o mundo

ético e político. A finalidade da cultura retórica de Isócrates é criar o estado de perfeição da vida humana a que ele dá, com os filósofos, o nome de “eudaimonia”, isto é, um bem objetivo supremo, e não a obtenção de influência com fins subjetivos arbitrários. Para ele, a retórica está baseada na experiência, nos fatos passados, na história: “pois se souberes conservar na memória a recordação viva do passado, melhor saberás ajuizar o futuro.”

Platão ainda diz que o problema geral de como exprimir-se da melhor maneira por palavras e por escrito, isto é, este é o problema fundamental de toda a retórica. Neste campo, o que principalmente preocupa Platão é saber se para exprimir em palavras um pensamento é necessário o conhecimento da verdade. Esta é a encruzilhada em que se separaram de uma vez para sempre os caminhos da educação retórica e da educação filosófica.

Hoje, a filosofia nos ajuda a criar uma prática política orientada. A busca da verdade deixou de ser obsessão filosófica única. O pensamento, o conhecimento, por si só, não é indutor da ação. O referencial teórico, tendo como paradigma toda a história da humanidade, em todas as ciências e áreas do conhecimento, passa a ser o equilíbrio reflexivo para uma práxis cotidiana. A reflexão, muito mais sobre os erros, sobre tudo o que já aconteceu no processo civilizatório, já poderia ter consumado ou nos aproximado dessa harmonia. O problema é que ainda prevalece o dito do poeta romano Juvenal: “Vejo o melhor, sigo o pior”. Ou ainda no humor de Millôr: “Pela retórica, a advocacia é a maneira legal de burlar a justiça.”

O poderio, na história do mundo, sempre soube usar o recurso da persuasão através da retórica, muito mais para benefício próprio do que para o bem comum. Os governos sempre tiveram plena consciência do poder que a tal retórica tinha sobre a população. Os púlpitos das igrejas se prestaram muito a isso na idade média, tanto para influenciar reis e rainhas como os súditos.

Mesmo muito tempo após a invenção da escrita, a comunicação oral continuou (e continua) poderosa. Em meio a grandes jornais e concomitante com a Escola de Frankfurt, Hitler, com seus discursos, convenceu a metade do mundo (e

quase todo ele), de que só os arianos poderiam nos levar à verdade. No Brasil, Carlos Lacerda, mesmo com um jornal à mão, preferia a oratória para botar fogo no país.

Dar o “pontapé inicial” deste trabalho citando filosofia e, especificamente, a retórica vem ao encontro dos objetivos propostos como fins a esta monografia. Os conceitos da comunicação e do jornalismo, assim como as intenções da política partidária, são interligados pelo “poder da palavra” e não há como redigir sobre Jornalismo Político sem abrir discussão sobre, ou entender o que é, a retórica. Assim, portanto, feita essa “interligação comunicacional” entre política e jornalismo, dá-se sequência a este trabalho trazendo à discussão, no próximo capítulo, ao que é e como acontece o jornalismo<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup>Descrições feitas a partir de apontamentos próprios tomados durante o transcorrer do Curso de Jornalismo, principalmente nos componentes curriculares de Sociologia da Comunicação, Filosofia da Comunicação e Teoria Política e em seus respectivos materiais e apostilas. Ainda foram base para o escrito deste capítulo as obras “Paideia – A formação do Homem Grego” (Editora Martins Fontes. 2ª Ed. brasileira, 1989), do filósofo Werner Jaeger, e “Teoria Política” (Editora Unijuí. 2008), do professor Djalma Cremonese.

## 2 O JORNALISMO

O ser humano é por natureza um ser social e, por consequência, tem intrínseca em seus hábitos a relação comunicacional, existe nele a necessidade de se comunicar. Estudos antropológicos, arqueológicos e paleontológicos, entre outros, comprovam que desde os primórdios, em eras primitivas, ainda na pré-história (4.000 a.C.) – período histórico marcado pela descoberta da escrita - o homem se expressava desenhando nas pedras, gesticulando, soprando grunhidos, os primeiros indícios da comunicação. De certa forma havia confusão, pois o homem não sabia falar, não sabia escrever, mas tentava e criava símbolos e significados, assim evoluiu e de forma rápida passou a falar e a escrever, e foram esses os primeiros passos em direção à troca e à transmissão de informações.

Já na Roma Antiga, em 69 a.C. surge a forma que mais se assemelha ao que se tem hoje como um jornal. O general Romano Júlio César tem a iniciativa de criar a Acta Diurna, uma espécie de periódico mural com o objetivo de publicar e divulgar os principais acontecimentos da então República, através de tábuas fixada nos muros das principais localidades. Mas foi no século XV, quando o alemão Johann Gutemberg evoluiu as rudimentares técnicas chinesas, chegando assim à invenção da tipografia, que a propagação das notícias ganhou novo impulso, projetando o surgimento do jornalismo.

Ao ingressar no século XXI, o jornalismo mostra suas evoluções, fundamentalmente em sua concentração nas massas. Agora, o jornalismo passou a envolver, traduzir, mostrar, opinar. Mas hoje, o que é Jornalismo?

A resposta a este questionamento pode ser complexa à medida que se afastar do meio jornalístico; no entanto, se desenvolvido entre profissionais ou até mesmo acadêmicos da área, chega-se facilmente a opiniões que traduzem exatamente o que teorias, técnicas e faculdades descrevem:

- o Jornalismo é a busca contínua pela verdade e por um ideal de mudança que deva realmente atender a toda a sociedade;



- o Jornalismo é uma profissão, porque não uma ciência, que faz com que ideias se multipliquem, informando, orientando e opinando;
- o Jornalismo é, através de técnicas profissionais, estar fazendo acontecer tudo aquilo que é real, tratando a verdade com ética e responsabilidade social. O Jornalismo é responsabilidade social;
- o Jornalismo é o elo entre o que acontece no mundo e as pessoas que participam dele.

## **2.1 A evolução técnica**

O Jornalismo, que nascera em meio à transcrição de palavras em papel ao passo da comunhão entre escrita e tipografia, encontra importantes aliados para sua disseminação com o aparecimento das mídias eletrônicas. O Rádio, a Televisão e, recentemente, a Internet, cada um ao seu momento, foram sendo “vestidos” pelo Jornalismo, que evoluiu drasticamente, a partir do escrito, com as novas técnicas que foram criadas para que se adaptasse às novas plataformas e assim, juntos, atingindo milhões de pessoas. No entanto, a cada nova mídia eletrônica que nasce, surgem também inúmeros argumentos para o fim do Jornalismo Impresso. Foi assim com o Rádio e a TV e suas propostas de agilidade e “movimento”, o que também acontece com a chegada da Internet e seu imediatismo e interatividade. Ainda assim, o jornal ou a revista de papel parecem sobreviver amparados por uma “magia”, algo entre tradição, conservadorismo e o que é palpável. Porém essas sobrevidas dos impressos podem ser explicadas ainda de uma forma técnica: não há só informação fria e atrasada nas páginas do Jornalismo Impresso, há também as entrelinhas, a interpretação e a contextualização dos fatos, a opinião qualificada, funções que somente o jornal e a revista de papel conseguem agregar em um mesmo veículo.

Ainda, pode ser apontado como uma sobrevida dos impressos a questão econômica. Por mais que exista um custo considerável, a produção e a edição dos impressos compensam sua existência diante dessas despesas nas outras plataformas. Também, com referência a economia, o acesso aos impressos (principalmente ao jornal) no Brasil é muito mais barato. Para trazer um exemplo a

este parágrafo, faz-se referência a pequenas comunidades, ou cidades do interior, onde pesquisas e experiências comprovam a inviabilidade econômica de um veículo de comunicação eletrônico, como uma emissora de rádio ou de televisão, ou ainda um site de notícias. Porém, nesses mesmos lugares, pequenos jornais de foco e interesse local sobrevivem perfeitamente e até com margens de lucros.

A mais ágil das mídias, o Rádio, tem atenção especial por outra virtude, a popularidade. Através da velocidade do som, a informação alcança os mais longínquos rincões, sem muitas distinções, além de que há uma grande facilidade de acesso ao que é transmitido pelas ondas radiofônicas. O “casamento” entre Rádio e Jornalismo oferece ao público a informação atestada pela própria fonte, a veracidade do fato é comprovada pela voz de quem o produz, e isso é aliado a uma temporalidade quase que imediata ao acontecimento. Outro fator que favorece essa “aliança” são os custos, fazer Radiojornalismo é barato se comparado às demais mídias, o que, além de ágil, o torna ainda mais perspicaz. Apesar disso, porém, o Radiojornalismo, principalmente nos meios interioranos, sofre pela falta de investimentos, pois ainda percebe-se, longe dos grandes centros, um processo muito amador. Outro fator que tem diminuído a importância do Jornalismo no Rádio do interior é a técnica do “Ctrl C + Ctrl V” (ou, como era conhecida antes da Internet, *Gillette Press*), transformando assim o veículo num mero “repassador de informações”, o que não deixa de ter importância dentro de certas circunstâncias. Mas não se pode deixar de mencionar o Radiojornalismo de verdade, aquele de caráter mais informativo, mais investigativo, com investimentos em técnica, equipamentos e, fundamentalmente, em formação adequada dos profissionais, pois só dessa forma essas barreiras negativistas serão superadas.

A Televisão seguiu os passos do Rádio, ou as técnicas, no entanto, sob os encantos e a sedução da imagem. Levar o acontecimento para dentro da casa do consumidor seduz qualquer instância midiática, ainda mais o Jornalismo. Dar corpo ao fato que outrora somente podia ser narrado ou descrito dá ao Jornalismo Televisivo o que estava faltando: a documentação. A TV mostra (sem o valor da redundância) o acontecimento como aconteceu, a imagem incontestável dos fatos. Apesar dos grandes investimentos para que este tipo de Jornalismo aconteça, na TV

os retornos são garantidos pela expansão do veículo, que não tem a popularidade do Rádio, mas está inserido num ambiente mais amplo e mais globalizado.

Se historicamente o Jornalismo foi tachado de unilateral, de “diálogo de mão única”, quando em meados da década de 1990 surge a Internet, a rede mundial de computadores, isso passa a ser analisado por um novo viés. A técnica jornalística aplicada à Internet reúne informação massiva e interatividade. O Jornalismo *On Line* dá a possibilidade de o público interagir, responder às provocações feitas pelo jornalista, opinar, dar a sua versão do fato, propor e instigar o jornalista. Na Internet o público deixa de ser apenas consumidor de informação e passa também a ser fonte e produtor. Ainda, na Internet o Jornalismo ganha a possibilidade de agrupar as características de todos os demais veículos, com texto, som e imagem. Através da Internet, apesar de ainda haver uma grande barreira de acesso, não há limites territoriais para o que é publicado.

O Jornalismo contemporâneo está inserido na chamada Era da Informação, onde em tudo há o que se transformar em um fato midiático. Tudo se renova a cada segundo, a cada página folheada, em cada clique ou em cada acesso, dando a impressão que está acontecendo muito rapidamente. Porém o que está acelerado é o ritmo das informações. Para estar inserido nesse contexto o Jornalismo também precisa andar a passos largos e rápidos. Acompanhar a capacidade de mutação do mundo é quase que obrigação do profissional que irá fazer o Jornalismo.

O Jornalismo acadêmico vive de ótimos conceitos, éticos e clássicos. Mas nas redações há um embalo diferente, até organizado pela técnica da faculdade, mas movido por uma agilidade impressionante, onde ganha quem sabe jogar com a informação. E, para enfrentar a competitividade deste mercado, o jornalista deve assumir sua condição e responsabilidade, diante da sociedade, sabendo exatamente de que forma contribuir para que esta evolua como tal.

Mensurando-se a história do Jornalismo, os anos que se seguiram após a virada do milênio podem contabilizar cerca de 70% de seus acontecimentos evolutivos. No entanto, diante da pressa em que o mundo anda, há muito mais no

que evoluir e somente o profissional do Jornalismo e sua capacidade de interpretar, explicar e contextualizar as informações garantirá esse movimento progressivo. O jornalista deve manter-se crítico e independente dos órgãos de poder e frente às mudanças que ocorrem na sociedade, elaborando críticas e propondo alternativas e, principal e fundamentalmente, tendo responsabilidade social, seu compromisso com o Jornalismo. Verdade, seriedade, ética e a busca pela isenção: ingredientes que compõem o Jornalismo e que o farão sempre diante de toda e qualquer mutação ao longo dos tempos.

E é nesse passo que o jornalismo existe e acompanhar essa progressão, adaptando-se e transformando-se, é a tarefa do jornalista. Está nele, no profissional, a força motriz, o vigor com que o jornalismo irá evoluir e acontecer. E sobre esse agente que tem a responsabilidade de fazer o jornalismo que iremos tratar no capítulo a seguir<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup>A descrição deste capítulo foi feita a partir de apontamentos próprios tomados durante o transcorrer do Curso de Jornalismo, principalmente nos componentes curriculares de Teoria da Comunicação, Teoria do Jornalismo, Radiojornalismo e Linguagens em Telejornalismo e em seus respectivos materiais e apostilas. Ainda foram base para o escrito deste capítulo as obras “O que é Jornalismo” de Clóvis Rossi (Brasiliense, 1995), “Jornalista, a grande arma da liberdade” de Guido Fidelis (Nacional, 1986), “Jornalismo no século XXI: A Cidadania”, organizado por Antonio Hohlfeldt e Marialva Barbosa (Mercado Aberto, 2002) e “Teoria do Jornalismo” de Felipe Pena (Contexto, 2005).

### 3 A FUNÇÃO DO JORNALISTA NO JORNALISMO POLÍTICO

O Jornalista, ou o Repórter, não só ou exclusivamente o Jornalista Político, é o elemento básico para tornar um fato corriqueiro em um fato jornalístico. O profissional do jornalismo tem que estar preparado para transformar-se de um simples e mero prestador de serviço, ao qual é submetido ao colar grau como bacharel, em um “formador de opinião”, como é “fantasiado”, substancialmente, antes e durante o período acadêmico. Assim, não se atendo a redundância, estará sendo “o elemento básico para tornar um fato corriqueiro em um fato jornalístico”.

Por mais que teorias e técnicas preguem que o Jornalismo deve primar sempre pela isenção na cobertura dos acontecimentos, chegando alguns a citar a imparcialidade, há um lado ou uma posição praticamente impossível de não ter sua valoração na produção da notícia: o já citado Jornalista. Essa situação é ainda mais presente no Jornalismo Político, pois há muito interesse envolvido no que será publicado a partir da imprensa sobre os acontecimentos políticos de uma sociedade organizada, já que (como poderá se acompanhar mais adiante neste trabalho) este é o principal elo entre os agentes, órgãos e instituições, enfim, de quem faz a política, com a população, com a comunidade.

É este profissional, que essencialmente aqui no ambiente da política se ocupará da função de Repórter, é aquele que irá “garimpar” a informação, o fato novo, o “furo”, e através de sua capacidade de interpretação dará nexos e fará ligações para que isto seja divulgado de uma maneira compreensível para o público (leitor, ouvinte, telespectador, internauta). O Repórter, na relação política e jornalismo, é o mediador: é ele quem fará o Jornalismo e seus veículos se nivelarem às demais instituições no ambiente da democracia.

Para Medina (2006, p. 26), professora e jornalista, essa função exercida pelo Jornalista Político é fundamentalmente social já que tem carregado consigo uma responsabilidade fiscalizadora, assim indicada pela população: a partir da atividade do Repórter o Jornalismo Político é entendido como a instituição que “fiscaliza as mazelas dos outros três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário”. Medina (2006,

p. 26) salienta que para assumir tal responsabilidade o Jornalista Político deve buscar atualizações constantes e interação com as mais diversas áreas:

[...] um jornalista jovem, ou maduro, atualizado, vive outra motivação enquanto produtor cultural: dar significação aos acontecimentos, cruzando dados políticos, econômicos, culturais, artísticos, filosóficos, religiosos ou provenientes das sabedorias locais. O repórter-autor, capaz de relacionar os múltiplos significados da realidade, está muito adiante, como profissional, daquele velho setorista de imprensa da primeira metade do século passado ou do jornalista especializado da segunda metade.

Cabe chamar a atenção para o fato de que, com tamanhas responsabilidades, o Jornalista Político pode se confundir em seu ofício e, ainda mais comprometedor, ser confundido. Estar sempre em função de captar verdades, de mediar tensões e de expor opiniões dá ao Jornalismo uma certa institucionalização, há um lado sendo atacado ou, por consequência, sendo defendido, e isso não deve ser caracterizado como posição do jornalista, e, sim, deve estar claro que é apenas a cobertura do fato. Buscando orientar sobre como prevenir tais situações, Medina (2006, p. 30) cita a formação política da Europa:

o profissional que dá significado a tudo isso, ao narrar o que se passa à sua volta, não pode se ater às versões dominantes (direito divino)<sup>4</sup> nem se constituir em tribuno (direito liberal) de determinadas motivações político-econômicas. Seu lugar é, acima de tudo, o da inquietude da viagem: o repórter se empenha no muito perguntar, muito ouvir e observar, muito pesquisar e estudar na batalha conflitiva dos sentidos.

A política e seus andamentos são complexos, e o Jornalismo é quem tem a função de fazer um “juízo subjetivo” dessa complexidade para ser o intermediador entre os poderes oficiais e a sociedade. No entanto, essa subjetividade, como anteriormente citado, não está no declaratório, no propagandismo dos releases, e sim nos bastidores, no contato fora de hora entre o jornalista e o sujeito público (por muitas vezes o próprio político). O material de trabalho do jornalista político são as versões e não exclusivamente os fatos:

---

<sup>4</sup>“O direito divino dos reis é uma doutrina política e religiosa europeia, com antecedentes no cesaropapismo bizantino, que foi desenvolvida no *ancien régime* francês e no protestantismo inglês, baseando-se na crença de que o monarca tem o direito de reinar por vontade de Deus, e não devido à vontade de seus súditos, parlamento, aristocracia ou qualquer outra autoridade. Esta doutrina dizia que qualquer tentativa de depor o monarca ou restringir seus poderes seria contrária à vontade de Deus” (WIKIPEDIA, 2012).

Para obter informações, sejam elas destinadas a sustentar uma reportagem da cobertura regular ou à produção de análises e interpretações, o jornalista precisa ter acesso a seus detentores, os que tem poder de influência política, entrando no Governo ou na oposição. O acesso será sempre um atributo do jornalista em qualquer setor. Assim como um repórter policial precisa acesso ao delegado, jornalistas políticos precisam se relacionar com os poderosos. Acesso não é desvio, embora possa resultar nisso (CRUVINEL, 2006, p. 221).

### 3.1 A isenção como consequência ética

Não há como escrever sobre Ética no Jornalismo sem citar o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, documento reconhecido pela Federação Nacional da categoria, o qual já em seu Artigo 1º cita como base o direito do cidadão brasileiro de ter acesso à informação.

Art. 1º O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação.

Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente da linha política de seus proprietários e/ou diretores ou da natureza econômica de suas empresas;

II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão;

IV - a prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não-governamentais, deve ser considerada uma obrigação social;

V - a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2007).

Para o jornalista do Jornal do Brasil e da Agência Carta Maior, Mauro Santayana (2006, p. 39), que não considera um termo único como código para a Ética dos Jornalistas, há um conjunto de fundamentos morais que devem ser obedecidos pelo Jornalista no exercício de sua função e isso desencadeia num processo ético:

[...] a deontologia é o exercício da ética em determinados grupos profissionais. O Jornalista não tem uma ética particular, mas é aconselhável que discipline sua atividade de maneira a obedecer à ética como valor universal, e exercer o seu ofício conforme as suas condições peculiares.

Santayana (2006, p. 43) criou suas próprias regras para que esses valores sejam respeitados:

o que vamos escrever viola o direito à vida em geral ou coloca em risco a vida de alguém em particular? Prejudica o interesse nacional ou da comunidade a que serve o meio de comunicação para o qual trabalha? Coloca em risco a reputação de alguém, sem que tenhamos provas suficientes para duvidar da honra do atingido? Serve para defender o interesse econômico e político de alguém em particular, em detrimento do interesse público? Se a resposta for afirmativa a qualquer uma destas questões, é melhor procurar outro assunto.

O Jornalista não tem que ser imparcial e sim isento. Não há pecado algum em assumir um lado no Jornalismo, por consequência no Jornalismo Político. Pelo contrário, o profissional da área deve sim assumir a linha editorial do veículo ao qual presta serviços. Embora versões populares afirmem a utópica teoria da imparcialidade, o que é bastante discutido na “Ética do Jornalismo”, existe quase que uma impossibilidade de se atingir tal condição:

Por outro lado, qualquer matéria envolve questões mais profundas, como as ideológicas e teológicas. Ao redigir um texto, até mesmo na forma de abordagem e na abertura, já fazemos uma escolha. Assim, a liberdade do jornalista começa com a sua parcialidade. Stuart Mill afirmou que “*liberty is to make a choice*”. A liberdade é fazer uma escolha. A imparcialidade é virtude inatingível. Em qualquer ato humano militam essas circunstâncias que fazem, de cada um de nós, seres absolutamente originais. Nós só somos livres quando podemos tomar um partido, qualquer partido. Se assim não fosse, em nosso caso particular, o de divulgar informações (e em todas as informações há sempre alguma opinião), bastaria substituir o repórter por algum computador a ser criado. Ainda assim, a máquina guardaria, em sua memória, parcela da opinião do programador. Se existisse, o jornalista absolutamente imparcial não seria jornalista livre (SANTAYANA, 2006, p. 42).

Ser isento, como jornalista, é não condicionar suas matérias (como num texto opinativo). Para tanto, devem ser evitados, principalmente, os adjetivos. Estar concentrado em narrar, relatar o fato pela máxima veracidade presenciada. Já diria Jarbas Passarinho: “Todo o fato tem pelo menos três versões: a minha, a sua e a verdadeira.”



## **4 O JORNALISMO POLÍTICO: SUA HISTÓRIA E SUA ARTE**

### **4.1 A história**

Não há nada mais constrangedor para um repórter do que se deparar com o entrevistado sem nem ao menos saber seu nome ou sobre qual assunto será tratado na entrevista. Não há um conhecimento técnico mais específico ao Jornalista Político que “conhecer o mundo”, estar conectado de uma forma horizontal com o cotidiano, com o contexto, com a história que o cerca. Assim, no Brasil, para se trazer o Jornalismo Político à discussão, é preciso também conhecer a história política do país.

É de inteira necessidade conhecer a história, o contexto, onde a política ou o fato está acontecendo. Mas não vale imaginar que é necessário apenas conhecer essa história recente. O que somos é resultado do que fomos. Nossa sociedade dividida, o imenso abismo que existe entre as classes mais baixas e as mais altas, nosso patrimonialismo, o fisiologismo e o clientelismo das nossas elites políticas são frutos da formação da nossa sociedade (LAGO, 2006, p. 148).

### **4.2 O berço: do Brasil Colônia à Independência**

A partir do Século XIX há quase que uma confusão entre o que é política e o que é jornalismo. Passa a existir, até os dias de hoje, uma interdependência entre ambos, assim como se propõe no título deste trabalho: “O Jornalismo na Política Partidária: uma discussão entre a função de um para a existência do outro”. E a história, comprova isso.

A existência do jornalismo brasileiro tem berço em meio a necessidades políticas de se divulgar os atos da regência imperial do País. A família real portuguesa, chegada ao Brasil em 1808, trouxe consigo a Imprensa Régia, instituída por Dom João IV em maio daquele ano. Embora a imprensa no País Colônia fosse autorizada somente à regência, foi um periódico de oposição ao regime colonial o primeiro jornal editado sobre o Brasil. Exilado em Londres, Hipólito José da Costa, lança em 1º de junho 1808 “O Correio Braziliense – Armazém Literário” com o objetivo de atacar a administração da coroa portuguesa no Brasil. No entanto, o

Correio de Hipólito só chega ao país em outubro, um mês depois que o Príncipe Regente, através da Imprensa Régia, havia lançado “A Gazeta do Rio de Janeiro”, com o objetivo de publicar “exclusivamente toda a legislação, e Papéis Diplomáticos, que emanarem de qualquer Repartição do meu Real Serviço” (MELO, 2003, p. 88).

Mas, apesar de circular de forma ilegal, foi o Correio Braziliense a escola para que o jornalismo propriamente dito viesse a aflorar em terras brasileiras. Com a intenção de contrapor a presença das idéias de independência de Hipólito que a Coroa Portuguesa passou a amparar a criação de diversos jornais, é a chamada fase da “Imprensa Áulica”<sup>5</sup>. E assim, por vias políticas, prós e contras as ações do Império, é que a imprensa e o jornalismo foram tomando forma no país, mesmo que ainda em formatos arcaicos.

O jornalismo local “aprende”, efetivamente, a ser crítico a partir do movimento do “Fico” de Dom Pedro I, no final de 1821. Para o vigor da aurora jornalística foi como um elixir cobrir os conflitos que exigiam, por parte de Portugal, o retorno para a Europa do Príncipe Regente. Surgem, neste período, jornais como o “Despertar Braziliense” e “A Malagueta”, que estiveram à frente dos colonialistas para a permanência de Pedro I. Nessa linha de organização política do País, em uma questão de 10 anos, surgiram mais de 50 jornais, na sua grande maioria “agressivos, injuriosos, menos preocupados com os problemas gerais do que com as pessoas, espalhando a confusão e sem menor respeito pela vida privada de ninguém” (SODRÉ, 1999, p. 122).

Mas o Jornalismo estava, de certa forma, preso a limites territoriais. Os jornais apenas eram lidos nos centros onde eram sediados e editados. Então, na metade do século XIX, os jornais, e a imprensa em si, já investiam em modernização, e a necessidade de expansão encontrou nas linhas férreas o caminho, ou a ligação, do restante e do interior do País. Os trens levavam, além do “progresso” e mercadorias, também a informação (lembrando que essa prática acontece até hoje, pois os jornais

---

<sup>5</sup>Imprensa Áulica – Pela Necessidade de enfrentar e neutralizar a ação do Correio Braziliense (D. João IV) estimulou algumas tentativas de periodismo, começando pelos folhetos de tipo panfletário e complementando-se, logo depois, com órgãos específicos do jornalismo (SODRÉ, 1999).

dos grandes centros chegam ao interior através de coletivos, como trens – mesmo que nem tanto em função da debilidade do sistema ferroviário contemporâneo – e ônibus). É nesta época, até a metade do Século XIX, que surgem jornais tradicionais e que fizeram história, uns que existem até hoje, como Gazeta de Notícias, Jornal do Comércio, Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, o Correio Paulistano, O País e o Correio da Manhã, entre outros. Mas outro fator foi preponderante para que a imprensa local se difundisse neste período. Isso tudo acontece em meio ao desenvolvimento industrial do Brasil e, como relata Juarez Bahia, “a tipografia perde o seu conteúdo artesanal, para conquistar a posição de indústria gráfica de definida capacidade econômica” (BAHIA, 1990, p. 46).

#### **4.3 No “trem” da industrialização às espadas**

É nessa época, quando a imprensa brasileira passa a ter caráter de produção industrial e tem a necessidade cada vez maior de preencher suas páginas, que acontece algo de grande relevância para o jornalismo brasileiro e, conseqüentemente, para a política e para o jornalismo político: Literatura e Jornalismo se aproximam, se unem. É no jornalismo que os escritores encontram, durante esse período, espaço para publicar seus escritos e, também, de ter seu “ganha pão”, pois se posicionam profissionalmente como redatores ou revisores.

A sequência do Século XIX é sombria para o jornalismo. Entre 1889 e 1894, durante a denominada “República dos Marechais”, impõe-se a primeira censura oficial aos jornais do País. Os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto adotam o regime republicano federativo (as províncias passam a ser estados), alteram a simbologia ligada à monarquia (bandeira, hinos, brasões) e, para que os resquícios monarquistas fossem apagados na memória dos brasileiros, impõem a censura à imprensa no intento de combater os ditos “jornais monarquistas”. Entretanto, o jornalismo não deixou de fazer parte da história política, pois nomes que se destacaram na área em anos anteriores vieram a ocupar postos importantes no desenvolvimento do período republicano brasileiro, como Rui Barbosa, que escreveu as primeiras leis, e Quintino Bocaiúva, que compôs o ministério de Deodoro.

Também podem ser creditadas ao jornalismo, ao menos em boa parte, as discussões da chamada “República Velha”, que se seguiu aos Marechais até 1930. Nesta época a política brasileira, assim como a imprensa, é marcada pela existência de dois grandes grupos: de um lado a elite que se sustenta pela política do “café com leite”, agroexportadora e situada no eixo Minas Gerais e São Paulo, e jornalisticamente representada pelo periódico “O País”; de outro, pautados pelo jornal “Correio da Manhã”, os oposicionistas desta elite ruralista e também as camadas médias da sociedade, fundamentalmente representadas pela classe trabalhadora das grandes cidades e pelos políticos dos estados do Sul e Nordeste.

Mas entre as espadas dos Marechais e a República Velha o jornalismo perdeu muito da independência conquistada até então. E, talvez, o fato que virou marca desse servilismo foi a cobertura do conflito armado de Canudos (1896-1897). Euclides da Cunha, engenheiro militar, foi enviado ao front de guerra pelo jornal o Estado de São Paulo para a cobertura do conflito. Seus textos, que poderiam ser utilizados de forma política, foram, de certa maneira, censurados. Assim, para felicidade geral da literatura brasileira, Euclides da Cunha pôde reescrever sobre o que vivenciou em Canudos e o livro “Os Sertões” é hoje uma das maiores obras do acervo bibliográfico local e o maior exemplo para o Jornalismo Político e Literário do Brasil.

#### **4.4 O Estado Novo e o novo jornalismo: das redescobertas à censura**

Em 1922 o mundo se revela “moderno”. E no Brasil diversos fatos transformam o cenário político: o Partido Comunista Brasileiro, a Revolta do Forte de Copacabana que marcou os primeiros passos do Tenentismo e a Semana de Arte Moderna. Mas não foi só a política que mudou. Como acontecera desde seus primórdios, o jornalismo brasileiro também mudou: junto aos “revolucionários” também surgiram meios de divulgação de suas ideais e, através de panfletos, fizeram um jornalismo mobilizador (por meio de panfletos divulgavam suas situações e reivindicações, o que servia de pauta para os jornais) que era influenciado por

imigrantes (especialmente os italianos) e pela classe trabalhadora. Isso incomodava as elites e, por consequência, o governo.

As consequências deste incômodo vieram logo. Em 1923, em função da vigência do “Estado de Sítio”, foi promulgada a Lei da Imprensa, instalando a censura prévia e dando responsabilidade direta aos jornalistas por possíveis ofensas que viessem a ser divulgadas nos jornais. Essa censura mirava os grandes jornais, mas seus reflexos eram inevitáveis à imprensa alternativa, como a divulgação panfletária da classe operária.

A situação se complicou ainda mais para a imprensa brasileira nos anos que se seguiram. Em 1930, com a Revolução, vieram Getúlio Vargas e os Tenentes impondo o fechamento do Congresso Nacional e a censura total à imprensa. 1934, um relance de esperança com a Constituição, o que é logo atropelado pelo Estado Novo, instalado em 1937 e instituindo uma ditadura civil, o que criou um regime antidemocrático. O chamado Estado Novo durou oito anos, período em que a imprensa esteve em total controle. Exemplo para isso eram as “regras” impostas a partir da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o que fez com que o jornalismo praticamente deixasse de existir no País.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, também chega ao fim o Estado Novo e a ditadura de Vargas. Mas o jornalismo também é parte disso. Em 24 de fevereiro de 1945, o jornal “Correio da Manhã”, do Rio de Janeiro, publicou uma entrevista concedida ao jornalista Carlos Lacerda, do escritor e político José Américo de Almeida, então ministro do Tribunal de Contas da União, que, através de sua autoridade, denunciou o fracasso administrativo do governo do Estado Novo e afirmou ser imprescindível a convocação de eleições, nas quais Getúlio Vargas não poderia concorrer. Mas esta entrevista também foi importante para a existência do jornalismo de então. José Américo faz duras críticas à censura e exigiu a liberdade de imprensa, situações que vem acompanhadas do fim do período ditatorial de Getúlio Vargas.

E foi entre os anos de 1945 e 1964 que o jornalismo brasileiro viveu seu apogeu. As coberturas das eleições de Eurico Gaspar Dutra em 1945 e a consagração de Getúlio Vargas em 1950 (este último, aliás, que retorna ao cenário político impulsionado por uma entrevista concedida ao jornalista Samuel Wainer, pela qual sai do ostracismo bucólico de sua fazenda em São Borja para as páginas dos jornais do centro do país sob declarações de que concorreria, sim, ao cargo de presidente), redimensionaram o jornalismo político do país.

A objetividade do jornalismo americano é tomada como modelo e as matérias nos jornais passam a ser precedidas pelo *lead*<sup>6</sup>, que, assim como a figura do copidesque, aparecem para dar unidade e alinhamento aos textos. Mas é Wainer que, com todo o crédito de ter “redescoberto” Getúlio, faz uma verdadeira revolução no jeito de se fazer jornalismo no Brasil, quando em 1951 cria, no Rio de Janeiro, o periódico “Última Hora”, assim explicado por Seabra (2006, p. 128):

A idéia é simples e genial: fazer um jornal de conteúdo político em linguagem popular, com a diagramação inovadora e grandes nomes do jornalismo nacional, pagos a peso de ouro, e que divulgassem sem oficialismo as realizações do governo Vargas.

A “Última Hora” de Samuel Wainer e a “Tribuna de Imprensa” de Carlos Lacerda, ambos pautados pelos acontecimentos do governo Vargas, iam do pior ao melhor do jornalismo brasileiro. Um pró e outro contra o getulismo foram, por uma época, os grandes representantes da imprensa do Brasil. E é neste período que o país conhece mais uma inovação do jornalismo: informação e análise juntas. Conforme relata o jornalista Villas-Bôas Corrêa, o grande destaque dessa crônica jornalística foi Heráclio Assis de Salles, a quem considera “o maior repórter da história do Congresso Nacional”. Nos textos de Heráclio, relembra Villas-Bôas, “o leitor, ao mesmo tempo que se informava sobre os debates, as votações, os projetos apresentados, era conduzido à análise interpretativa de cada episódio que se destacasse da rotina” (CORRÊA, 2002, p. 52).

---

<sup>6</sup>Expressão em inglês que designa o parágrafo inicial de um texto jornalístico, que deve trazer as informações mais importantes da matéria, em resposta às seguintes perguntas: quem, fez o quê, onde, quando, como e por quê. No Brasil, o lead foi implantado por Pompeu de Souza e Danton Jobim, na imprensa carioca dos anos de 1950.

É também na década 1950, com este novo modelo opinativo, que o jornalismo político ganha uma nova dimensão, uma nova plataforma. A revista “O Cruzeiro” passou a dedicar duas páginas de sua edição semanal para as análises políticas do repórter Carlos Castello Branco, o Castellinho, apontado por muitos jornalistas o maior repórter político brasileiro de todos os tempos, a quem Villas-Bôas Corrêa (2002, p. 52) assim se refere:

O grande repórter resolveu o embaraço aventurando-se à prospecção política com ampla margem de risco. Mestre do estilo, soltou-se no exame panorâmico, descendo ao encadeamento lógico do que parecia o contraditório caótico das tramas improvisadas e ajudando o leitor a entender o raciocínio ordenado pela coerência que fluía com a naturalidade da conversa do expositor. Partiu das preliminares que ajudaria a firmar e alargou as dimensões da interpretação do jogo político, como peças que se moviam em tabuleiro de xadrez, com as suas regras e os lances imprevisíveis.

Ainda, conforme Seabra (2006, p. 128), “Castellinho e outros conseguiram domesticar o imprevisível e levar o jornalismo político para outro patamar, o da análise e interpretação”.

E foi este o jornalismo que cobriu parte fundamental da história do Brasil, como o suicídio de Getúlio Vargas, a era JK e a mudança do Rio de Janeiro para Brasília, Jânio Quadros e Jango. Mas, como descreveu em versos Jayme Caetano Braum na poesia “Bochincho”, “tudo que é bom se termina, cumpriu-se o velho ditado” (BRAUM, 1965), e o livre acesso, a liberdade de trabalho da imprensa teve fim. O Golpe Militar de 1964 minou com tudo o que se havia sido construído até aqui, ou melhor, ficaram a história e as experiências de um novo modelo de jornalismo político que trouxe para uma mesma página de jornal informação, análise e interpretação dos acontecimentos, mas que acabou vítima do jogo político e dos interesses privados.

#### **4.5 O fim no chumbo do militares**

Com ataques à esquerda a grande imprensa do Brasil “sobreviveu” ao Golpe Militar. Aliás, os maiores jornais do eixo Rio-São Paulo, para não sofrerem com a recessão imposta pelo arbítrio militar, se tornaram motriz da intolerância e do

golpismo, utilizando-se de um jornalismo de versões e não de fatos, ou, como dito pela personagem de um jornalista, vivido por Edmond O'Brein, no filme “O Homem que matou o facínora”, de John Ford: “Quando a lenda é mais interessante do que a realidade, imprima-se a lenda”.

Mas nem só de tristezas viveu o jornalismo brasileiro durante os vinte anos de Regime Militar. Em meio às positivas versões da imprensa burguesa ganha força a imprensa alternativa, formada essencialmente por “jornais nanicos”, que já existia antes do Golpe, mas que por imposição financeira dos grandes era pouco valorizada. “Pif-Paf”, “Versus”, “Em Tempo” e “O Pasquim” são alguns exemplos de jornais que traziam ao povo o contraponto à grande imprensa e, mesmo sem acesso aos meios políticos oficiais, tinham suas versões sobre o que se passava e mantinham o debate político entre os leitores. E foram as experiências obtidas pelos profissionais que se esgueiraram em meio aos “espinhos da ditadura militar” para fazer a imprensa alternativa que deram origem, assim que a censura acabou no final da década de 1970, a um jornalismo politizado, não partidarizado e fundamentalmente comprometido com a ordem democrática.

Entre o final da década de 1970 e meados da de 1980, ou seja, da abertura política ao fim do ciclo de presidentes militares, a classe jornalística foi peça fundamental para o processo de redemocratização. Os jornalistas, e não exatamente os jornais, ensaiaram os primeiros passos rumo à liberdade de escrever o que pensavam (SEABRA, 2006, p. 133).

#### **4.6 Redemocratização e renascimento: a nova política e o jornalismo contemporâneo**

Mas a Fênix jornalística do pós-Regime Militar se deu com a posse de José Sarney como presidente em 1985. Ainda cambaleante, a imprensa brasileira teve que, mais uma vez, se reinventar em meio à decepção do povo brasileiro com a morte do eleito (mesmo que indiretamente) Tancredo Neves – o que culminou com a assunção de Sarney. A própria política nacional era outra e para fazer sua cobertura o jornalismo teve que buscar novas vias e de forma rápida.



Houve um rápido amadurecimento da reportagem política brasileira, que aprendeu a entender de economia para acompanhar a era dos planos econômicos. E que também especializou-se em diversos assuntos para entender os debates técnicos durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Em 1989, a primeira eleição direta para presidente dividiu o país, mas não as redações. Na chamada grande imprensa, sediada nas capitais, os jornalista em peso apoiavam Lula da Silva, candidato do PT, mas os patrões penderam a gangorra para a candidatura de Fernando Collor. Em seguida um novo teste: o primeiro presidente eleito pelo voto direto é obrigado a renunciar para tentar escapar de um processo de impeachment, depois que a imprensa denuncia as ligações perigosas entre ele e o empresário Paulo César Farias. Apenas sete anos depois da redemocratização, o jornalismo político brasileiro viveu seu Watergate<sup>7</sup> (SEABRA, 2006, p. 136).

Mas a redemocratização do Brasil não marcou o fim da mutação do jornalismo político do país. A imprensa teve que seguir se adaptando à “nova era”. Exemplo disso deu-se tão logo efetivou-se a posse do vice-presidente Itamar Franco no lugar de Collor de Mello. Desta vez a reciclagem jornalística deveria se dar para que se pudesse acompanhar as novidades da economia brasileira que adotava o Plano Real, instituído pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

Aliás, FHC teve na estabilidade econômica imposta pelo Plano Real o impulso para ser eleito, em 1994, o sucessor de Itamar Franco. E com Cardoso, mais uma vez o jornalismo político precisaria se reciclar. Em seu primeiro mandato Fernando Henrique ganhou, a partir de uma alteração da Constituição, o direito a reeleição e, em 1998, foi reconduzido ao cargo para mais quatro anos de mandato, algo inédito na história da republicana brasileira.

A cobertura da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 também se tornou um marco para o jornalismo político. A amplitude que se deu aos fatos da campanha eleitoral e o equilíbrio com que a os candidatos foram tratados – muito por imposição legal da Justiça Eleitoral – se tornaram modelo para as atuações da imprensa nas coberturas eleitorais que se seguiram.

---

<sup>7</sup>“Pressionado por seu envolvimento no caso Watergate, em 8 de agosto de 1974 o presidente norte-americano Richard Nixon renunciava ao cargo. O caso Watergate foi um episódio de escuta ilegal na sede do Partido Democrata por elementos ligados ao governo, e foi desvendado pelo trabalho de dois repórteres do jornal Washington Post, Bob Woodward e Carl Bernstein” (SEABRA, 2006, p. 136).

Em quase dois séculos de história, o pleito de 2002 foi a primeira vez em que vimos uma coincidência total entre política e jornalismo. Pois, antes, se havia equilíbrio político, com em 1955, na acirrada disputa vencida por JK, havia também uma imprensa posicionada e que agia claramente em defesa de grupos (SEABRA, 2006, p. 136).

A partir de Lula, o presidente operário, o Jornalismo Político brasileiro pôde se utilizar de tudo que “aprendera” durante sua existência: denúncia, crítica, opinião, investigação. Foi assim que a imprensa cobriu as crises políticas como a do “Mensalão”, ou a escolha de Severino Cavalcanti para a presidência da Câmara dos Deputados e, em seguida, sua renúncia motivada por denúncias da imprensa.

Entretanto, o jornalismo político segue mutante. A Eleição de Dilma Rouseff, a primeira mulher a ocupar o cargo de Presidente do Brasil, foi pautada também pelos novos meios eletrônicos. Principalmente a Internet tornou-se uma ferramenta que, literalmente, tira o sono dos agentes políticos. O que antes, em meio aos desdobramentos das folhas dos jornais, parecia complexo e retardado, agora, pelos “links do www”, tornou-se prático, ágil, quase que instantâneo. E o Jornalismo Político deixou de ser uma via de mão única. As novas tecnologias tornaram a cobertura política interativa, as versões aumentaram, os emissores se multiplicaram. Não é mais do jornalismo a exclusividade na função de denunciar.

#### **4.6 A arte**

Fazer esse jornalismo que tem em seu papel principal as funções básicas de informar, formar opinião e fiscalizar vai além de pôr em prática técnicas, formulismos ou exatidões matemáticas aprendidas em manuais. Fazer Jornalismo Político é uma arte desenvolvida a partir da experiência adquirida, que obedece à vontade de quem busca informação. Uma arte que respeita a qualidade da informação com credibilidade, equilíbrio e isenção. A arte da linguagem clara, direta, de fácil e perfeita compreensão, quase que coloquial. A fundamental arte de investigar, fiscalizar e denunciar.

Nelson Traquina (apud SEABRA, 2006, p. 138), em entrevista concedida ao periódico eletrônico “Observatório de Imprensa”, não regrou, mas lembrou que a

democracia e o processo democrático impõem algumas funções ao jornalismo, as quais devem ser obedecidas, também, pelo repórter político:

O jornalismo deve dar aos cidadãos as informações que são úteis, que são necessárias para que eles possam cumprir os seus papéis de pessoas interessadas na vida social e na “governança” do país; O jornalismo deve ser o espaço do contraditório e da pluralidade de opiniões, ser uma espécie de mercado de idéias; O jornalismo tem o papel de ser o watchdog (cão de guarda) da sociedade, proteger os cidadãos contra os abusos de poder (Entrevista ao Observatório de Imprensa, nº 225, em 20 de maio de 2003).

E, para o jornalista cumprir com sua “arte” nos meio políticos, obedecendo às funções indicadas por Traquina, deve ter claro que precisa estar preparado para o exercício de sua profissão. Que, o que buscará, somente será alcançado com dedicação e experiência. Que neste meio – onde tudo é impreciso, onde tudo deve ser interpretado por suas entrelinhas, onde há mais valor na fisiologia do ator do que propriamente no ato encenado – terá que associar cobertura factual e análise. Assim será, é, o Jornalismo Político. Assim deve atuar o jornalista político.

Para os repórteres interessa o que a fonte diz. Para o repórter mais experiente, mais analítico, interessa também por que ele diz. E, para o repórter que é colunista de jornal ou revista ou comentarista de televisão e rádio interessa, sobretudo, entender por e para quem ele diz. Ou seja: o que está por trás da declaração, da notícia, do óbvio, do imediato (CANTANHÊDE, 2006, p. 190).

Para se tratar de técnica no Jornalismo Político, um bom começo é a entrevista. Uma boa entrevista política vai dar o norte à cobertura em direção ao que é sugerido por Nelson Traquina como função deste modelo jornalístico. Como já descrito, o Jornalismo Político tem seus fatos escondidos por trás de declarações oficiais e gabinetes e é através da entrevista que se pode trazê-los à luz da sociedade.

Para a jornalista Chagas (2006, p. 164), a entrevista é um jogo de sedução, onde entrevistador e entrevistado tentam conquistar um ao outro:

Ora é o jornalista que está no papel de quem seduz, convencendo o outro a falar e ir mais longe do que pretendia nas revelações. Ora é o entrevistado, que tem como objetivo último de sua entrevista seduzir aqueles a que a ela tiverem acesso, convencendo-os de suas idéias, do brilhantismo de suas reflexões e da veracidade de suas informações – enfim, vendendo aquele peixe. Só o que não vale, para o entrevistador seduzido pelo entrevistado, é

ficar a tal ponto impressionado e boquiaberto com quem está falando que não consiga fazer as perguntas que deve.

No papel de entrevistador, o repórter tem como ofício “desnudar” o entrevistado em suas ideias e intenções, tornar claro um assunto para a interpretação do público, fazer com que o agente político emita aquilo que intenta omitir. Para isso, o repórter tem que ter a absoluta compreensão de que está de um lado totalmente oposto ao entrevistado; mesmo que convergências (como amizades ou simpatias) os aproximem, nesta ocasião, deve obedecer a sua função e ocupar o contraposto.

Existem três distintas formas de entrevistas: as coletivas, quando a pessoa fala e responde a um grupo de jornalistas; as exclusivas, na maioria das vezes previamente agendada, o entrevistado fala a um só repórter ou veículo; e as acidentais (ocasionais), talvez a mais comum ao ambiente político, que acontece por ocasião de um encontro no corredor, durante o cafezinho, no ônibus. No entanto, cabe lembrar aqui que a intenção da existência de uma entrevista não é só do repórter, mas principalmente do entrevistado. Na política, ninguém dá entrevista de graça, por acaso. Se um agente se dispõe a falar é porque tem uma intenção naquilo. Então, diante deste pressuposto, cabe ao jornalista colocar em funcionamento seu faro, seu tato, para identificar e avaliar a relevância, interesse público e veracidade do que está sendo declarado pelo entrevistado. Mas isso não por instinto e sim por perícia. Ao ter a entrevista em mãos (ou no gravador) é obrigação do jornalista, antes de publicá-la, de verificar, checar suas verdades e editar, para aproveitar o que realmente interessa ao público.

Entrevista política é assunto sério, mas não precisa ser chata, e nem a pauta do Congresso ou a agenda do governo. Político não tem que falar só de política. Tem que falar de tudo, até para que seja melhor conhecido por aqueles que vão (ou não) votar nele. O lado humano do sujeito, bem como suas opiniões sobre assuntos diversos do dia-a-dia, costuma ser, aliás, assunto de grande interesse público. Por que não mostrar isso também? (CHAGAS, 2006, p. 177).

O Jornalista Político deve estar ciente, também, de que não há apenas uma versão para um fato. Álvaro Pereira cita uma frase do Senador Jarbas Passarinho como orientação: “Todo o fato tem pelo menos três versões: a minha, a sua e a

verdadeira”. Já Martins (2011), em seu livro “Jornalismo Político”, diz que “frases, afirmações e discursos não são o mais importantes da cobertura jornalística. E não podem jamais substituir a apuração dos fatos. Mais vale um bom bastidor do que aconteceu em uma reunião fechada do que uma declaração formal do porta-voz dela”. Porém, isso não quer dizer que devem ser abandonadas e desconsideradas as declarações oficiais, mas sim que se tem de ir além disso.

Ainda, para a boa cobertura política o repórter tem que estar atento. Ler jornais, acompanhar os acontecimentos do mundo, o contexto geral em que está inserido. O mundo político está atrelado a tudo o que acontece na sociedade. Jornalista Político tem que saber o que se passa nas páginas de cultura, esporte, economia, polícia, social e por aí afora.

Partindo da hipótese de que se tenha cumprido com as três funções básicas - informar, formar opinião e fiscalizar – Seabra (2006, p. 138) traz um novo questionamento que põe à prova o Jornalismo Político, e que deve ser levado em consideração para a garantia da existência desse jornalismo:

A imprensa tem conseguido informar com credibilidade e qualidade sobre o que acontece no mundo da política? Ou será que o excesso de informação vem confundindo mais do que esclarecendo? A grande mídia tem conseguido ser imparcial e equilibrada ao disponibilizar fatos e opiniões sobre diferentes segmentos políticos? E, por último, ao desempenhar o papel de fiscal do poder, o jornalismo político não corre o risco de cometer excessos e frustrar expectativas, justamente por não poder cumprir as duas premissas básicas anteriores? Ou seja, como fiscalizar com isenção e eficiência se não há qualidade na informação que se oferece e não se garante pluralidade de opiniões divergentes?

Se a resposta desse questionamento for afirmativa, positiva, aí sim, o Jornalismo Político estará cumprindo com sua função pública. Caso contrário, sua atuação deve ser revista.

## 5 ASSESSORIA TAMBÉM É JORNALISMO

Antes de redigir sobre Assessoria de Imprensa há de se responder a seguinte pergunta: Assessoria é Jornalismo?

Para o jornalista e cartunista Millôr Fernandes, “Jornalismo é oposição, o resto é armazém de secos e molhados” (SANTAYANA, 2006, p. 48), o que, de certa forma, é traduzido por outra assertiva, agora do jornalista Ricardo Noblat: “Jornalismo é denúncia”. Como descrito anteriormente, o Jornalismo é feito a partir do interesse público, o que é instigado pelo poder denunciante de seus veículos. Se emparelhados, Jornalismo e denúncia, pode-se afirmar que Jornalismo é denúncia, que no Jornalismo se faz denúncia. Para o público, é o Jornalismo a plataforma de acesso à denúncia. Então, como se pode acreditar em uma denúncia que vem reportada de *press-release*<sup>8</sup>?

O jornalista e professor da Universidade de Brasília Luiz Martins da Silva faz referência ao *release* embasando-se na Teoria da Enunciação, afirmando que anunciar (função do *release*) e denunciar (a tarefa fim do jornalismo) fazem parte de um mesmo processo.

“Aparelho formal da enunciação” é o conceito da Teoria da Enunciação, do lingüista francês Émile Benveniste. (O processo de enunciação pressupõe a existência de um enunciador (ou locutor); um enunciado (a mensagem, o discurso materializado, na notícia escrita, por exemplo); e um enunciatário ou alocutário, ou destinatário). Anunciar e denunciar são, portanto, modalidades de enunciação. A enunciação é algo processual, dinâmico, enquanto o enunciado é um produto, circunscrito à sua materialidade: discurso gravado; discurso escrito (SILVA, 2006, p. 49).

---

<sup>8</sup>Termo do jargão jornalístico, onde se define como material informativo, distribuído aos jornalistas para servir de pauta, proposta de assunto, roteiro, “*press release*” ou “*release*” (em vernáculo, “soltar”, “lançar”, “divulgar” pela imprensa) significa um comunicado de imprensa para, oficialmente e com documentação apropriada, informar, anunciar, contestar, esclarecer ou responder sobre algum fato que envolva, positivamente ou não, o veículo em questão. O sintagma “*press release*” surgiu como título comum que inaugurava, nos Estados Unidos, os comunicados jornalísticos: “*for immediate release*”, ou “para divulgação imediata”.

Assim argumentado, Silva volta a indagar: “Deveria alguém desdenhar dessa informação apenas porque ela adveio não da ‘legítima’ investigação jornalística, mas de uma ‘coletiva-release’?” (SILVA, 2006, p. 49).

O principal fundamento existencial do Jornalismo é a “Utilidade Pública”. É o interesse público, a serventia que tem a informação para o bom funcionamento organizacional da sociedade, quem ou o que pauta o Jornalismo para que este aconteça. Assim sendo, se for interpretado que a informação do *release* é do interesse público, é de utilidade pública, ela se utilizará, sim, do Jornalismo como plataforma para ser publicada.

Possivelmente, a distinção básica é de que nem tudo que é de interesse público é “interessante”, ao passo que tudo que é de interesse do público apresenta algum tipo de apelo midiático ou sensacionalista. Trata-se de uma demanda mais voltada para o sensorial, para o sinestésico, para o catártico, enfim (SILVA, 2006, p. 64).

Em sua essência, o Jornalismo – ainda mais em suas ramificações (se é que assim pode-se distinguir) de jornalismo investigativo e jornalismo político – está baseado nos fundamentos do *news-value*<sup>9</sup>. Então, para que um determinado fato ou informação tenha a devida valoração e importância para que seja divulgado, noticiado, deve ser garimpado, buscado e obtido a partir de um processo complexo de investigação, pois, “quanto mais oculto está um fato a ser denunciado, mais ele está sobrecarregado de valor-notícia” (SILVA, 2006, p. 50).

Agora, se tratando pontualmente do interesse público pela política, tem que se levar em conta o fator “dinheiro público”. O *news-value* de uma informação sobre o uso indevido dos recursos públicos é muito grande, a sociedade quer sempre saber informações sobre alocação do dinheiro público, de como o dinheiro público foi gasto ou quais os resultados obtidos com o dinheiro público.

---

<sup>9</sup>Valor-notícia: tradução de *news-value*. Os fatos são noticiáveis à medida que apresentem determinadas características, entre elas, ineditismo, impacto e singularidade. Um fato natural, constante, rotineiro, repetitivo e esperado, dentro de uma regularidade, não é notícia. Chover, por exemplo, não é notícia. A não ser que fuja da regularidade, cause alagamento, transtornos.

Os jornalistas brasileiros tendem a interpretar o modelo do “Quarto Poder” de modo totalmente distinto dos seus colegas americanos [...]. Os jornalistas brasileiros, por sua vez, definiriam a sua responsabilidade política em termos bem mais ativos: tratar-se-ia de colaborar na implantação ou manutenção de uma ordem sempre percebida como instável. Neste sentido, simplesmente informar os cidadão não seria bastante. Seria preciso formá-los de modo que pudessem desempenhar corretamente o seu papel na democracia (ALBUQUERQUE, 2000, p. 23).<sup>10</sup>

Apesar de pôr-se nessa condição, cabe ao jornalista ter a consciência de que a vida pública, o funcionamento político da sociedade, vai muito além do dinheiro público e dos fatos ocultos, e que está também nas informações repassadas pela imprensa institucional, nas ações repassadas através dos *releases*. Então, é função do jornalista político, além de divulgar o que for de utilidade pública no *release*, também interpretar os fatos e buscar novos elementos, fatos novos, para serem divulgados. O *release* não pode ser ignorado, ele deve ser aproveitado.

Com relação à esfera pública, o jornalismo investigativo cumpre especial função, encarregando-se de ir buscar elementos ocultos ou omissos em torno de fatos que, apesar de afetarem o interesse coletivo, por algum motivo ou interesse não vêm à tona (SILVA, 2006, p. 53).

Há aqui duas situações, funções, distintas do Jornalismo Político e por consequência dos jornalistas que o fazem: sua obrigação de trazer à tona, através da investigação, os fatos que estão ocultos, por vezes por interesses segundos dos agentes políticos; e sua função de assessoria de imprensa, pela qual tem a tarefa de representar, com informações, esferas governamentais, empresas ou organizações, levando à luz somente o que é conveniente às instituições, o que por vezes descumpra com o interesse público, mas desempenha as ações legais pertinentes, até indo ao encontro da função de utilidade pública.

Se a função do Jornalismo Político, praticado nas redações, é fazer a análise e, através de investigação e da busca por fontes não oficiais, dar valor-notícia ao fato, tornando-o de maior interesse público, o Jornalismo Institucional tem o dever de “apagar incêndios”, de decodificar a linguagem técnica, aplicada por aqueles a que

---

<sup>10</sup>ALBUQUERQUE, Afonso de. “Um outro Quarto Poder: imprensa e compromisso político no Brasil”, In: **Contracampo: Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação**, n. 4, p. 23-57, 2000. Assunto atualizado em trabalho apresentado no X Congresso anual da Compós, realizado em Brasília, em 29 mai/1º jun de 2001 (v. CD 10º Compós – Anais).



representa, em uma linguagem acessível ao público, mesmo que a mensagem não seja exatamente a de maior interesse. Cabe à Assessoria de Imprensa dar elementos esclarecedores aos atos institucionais: ou dar ênfase, promover, a um fato positivo (divulgar, principalmente à imprensa, os números positivos que o governo atingiu no setor de saúde) e fazer campanhas em torno de ações institucionais (divulgar a promoção de atos contra o consumo de drogas); ou então, que busquem minimizar o desgaste da organização em função de um fato negativo (dar explicações, publicar a versão oficial do governo sobre denúncias de desvio de recursos públicos, argumentando que medidas já estão sendo tomadas para o esclarecimento dos fatos).

Agora, voltando à indagação que deu início a este capítulo e sendo esta respondida positivamente, que razões existem para afirmar que um profissional que, por seus méritos, alcançou uma condição de servidor público para atuar como assessor de imprensa de uma esfera governamental, não é mais jornalista, ou que os repórteres, âncoras e produtores da Radiobrás (estatal) também não estão mais nessa condição por representarem uma autarquia? Será que os assessores do Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores do Brasil afora devem ter seus registros de jornalistas cancelados pelo período em que exercem a função institucional?

Polêmicas à parte, sobre quem é mais jornalista, se o jornalista investigador, se o jornalista institucional, e elidindo preconceitos – de que assessor não é jornalista ou de que os repórteres só se mobilizam por notícias negativas –, entendemos que ambos desempenham atividades e funções públicas, desde que os seus produtos possam se qualificar como sendo de interesse público e de utilidade pública (SILVA, 2006, p. 77).

Valendo-se dessa asserção, a importância está no fato da boa atuação do jornalista, seja como repórter, seja como assessor, pois assim quem ganha é a sociedade, quem ganha é o cidadão. Pode-se dizer que dessa maneira haverá duas frentes de atuação do Jornalismo: a institucional, divulgando a notícia oficial, formal, de utilidade pública e que não tem espaço nos veículos comerciais; e a investigativa, com o encargo de garimpar a informação obscura, de interesse público, que, por razões óbvias, não seriam divulgadas pelas vias institucionais.

Seria então, a comunicação pública uma via de duas mãos: em uma delas, o esforço institucional para fazer chegar ao público as notícias acerca do bom funcionamento da coisa pública (mais uma vez, não exatamente sinônima de estatal); na outra, o tráfego dos repórteres, nas suas constantes investidas para investigar denúncias e “checar” informações que, a despeito de seu interesse público, não chegam gratuitamente ao espaço público e à esfera pública. Velo e desvelo complementam-se, assim, em um jogo de atores profissionais, alegadamente movidos por um único propósito, o interesse público. Versão oficial e extra-oficial, ambas, uma vez despojadas de suas perversões, comportam os dois lados de uma mesma moeda: a moeda grega de Hermes, o deus da Comunicação, o leva-e-traz, o senhor dos caminhos e das encruzilhadas, na sua azáfama de atender às demandas da sociedade pela informação, insumo básico de um sistema democrático. Não há democracia sem comunicação; não há comunicação sem democracia. Portanto, duas modalidades de produção da notícia – uma, institucional; outra, fiscal – certamente podem contribuir com a vitalidade da democracia. Não basta apenas acreditar que a mídia comercial é suficiente e que sempre saberá reconhecer e irá dar espaço aos “fatos” de interesse público (SILVA, 2006, p. 83).

Então, partindo dos fundamentos básicos do próprio jornalismo e da premissa democrática, é correto sim, afirmar que assessoria também é jornalismo. Que fazer jornalismo institucional também é fazer jornalismo. E, que o jornalismo de redação, fiscal e investigador, pode e deve aproveitar o que é declarado pela imprensa institucional.

## CONCLUSÃO

As ideias expressas nessa monografia são, basicamente, relatos resultantes de experiências vividas na profissão de jornalista, muitas delas, na sua maioria, descritas em artigos e livros destinados fundamentalmente ao meio acadêmico do Jornalismo.

Ao descrever sobre a Retórica e sua relação com a formação da política e dos políticos na história humana do mundo, buscou-se comprovar que o bom discurso, a arte da eloquência, o poder da palavra não se dá por manifestações garbosas e difíceis, mas por expressões simples e de fácil compreensão.

Ao dedicar um capítulo ao jornalismo, propriamente dito, não se teve a intenção de descrever sobre técnicas ou métodos, mas sim sobre a sua existência, como característica da necessidade do homem de se comunicar. Ao relatar sobre formação e evolução, foram apresentadas opiniões pessoais de profissionais sobre como identificam o jornalismo, onde fica claro que os jornalistas, por sua função e profissão, buscam tornar o mundo “mais claro”, através da utilidade pública de bem informar. Também, ao se fazer uma descrição da evolução técnica, demonstra-se que, ao passo que o mundo se transformou, o jornalismo se adaptou e inovou para acompanhar o desenvolvimento.

Trazendo à discussão a tarefa do profissional que faz o Jornalismo Político, se colocou em evidência a importância da isenção e da ética para que o jornalista possa ser o elemento básico transformador do fato em notícia. Apontou-se formas de atuação do repórter no meio político, onde tal deve mostrar tato e faro, assim,

compreendendo a distância ideal que deve manter do fato e da fonte para não cometer pecados, nem de estar próximo de menos, nem distante demais.

Como se pressupunha, que jornalismo e política vivem um em função do outro, a comprovação para a afirmação do título desta monografia veio exposta através de um relato histórico do jornalismo no Brasil. Exageros à parte, fica assim provado que o jornalismo no Brasil só existe em função das vias políticas. Talvez não seja radicalmente isso, mas é inegável que a realidade atual do jornalismo brasileiro, que serve de modelo à imprensa do Mundo, só se dá pelo incentivo político que teve em seus primórdios. Quem sabe, até, poderia estar acontecendo algo sustentado por outras vias que não a política, mas em uma dimensão bem inferior ou principiante, bem menos adiantada que a realidade que se presencia hoje.

Contrapor a máxima de que “assessoria de imprensa não é jornalismo” foi a função final desse trabalho. E fundamentos básicos do próprio jornalismo, trouxeram essa evidência, como os princípios da utilidade pública e da informação, ou ainda o fundamento do *news-value*.

Com base nisso pode-se afirmar, ao concluir esse trabalho, que não há uma técnica, um manual, a ser seguido para a realização do Jornalismo Político. O que existe, são relatos e trocas de experiências que fazem este ramo, essa editoria, do jornalismo evoluir a cada instante.

Percebe-se também que o Jornalismo Político “não foi à escola”. É quase que unânime o posicionamento dos autores aqui referenciados de que Jornalismo Político não se aprende na academia. Mas isso acontece não por falta de capacidade da universidade brasileira, mas pela falta, propriamente dita, do tema nos cursos de jornalismo. Quem sabe o Jornalismo Político, assim como o Jornalismo Investigativo, o Jornalismo Policial, entre outros, passassem a fazer parte dos currículos das faculdades do País. Não que isso não exista, mas ainda de uma forma muito tímida, apenas referendado em componentes de jornalismo especializado por exemplo. No entanto, o que se deve ficar desta monografia, ou

como se diz dos contos infantis, “a moral da história”, é a importância da pauta política para o jornalismo brasileiro. Que, assim como afirmado pelo título do trabalho, “a função de um para a existência do outro”, o jornalismo no Brasil está intrinsecamente moldado pela política.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso de Albuquerque. "Um outro quarto poder: imprensa e compromisso político no Brasil". In: **Contracampo: Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação**, n. 4, p.23-57, 2000.

BACCEGA, Maria Aparecida (Org). **Gestão de processos comunicacionais**. São Paulo: Atlas, 2002

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.

BRAUM, Jayme Caetano. **Botas de garrão**. Porto Alegre: Sulinas, 1965

CANTANHÊDE, Eliane (Org.). **O jornalismo e a "fonte"** - muito trabalho, bastante credibilidade e um pitada de bom senso. São Paulo: Record, 2006.

CHAGAS, Helena (Org.). **Decifra-me ou te devoro: a entrevista política**. São Paulo: Record, 2006.

CORRÊA, Villas-Bôas. **Conversa com a memória**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

CREMONESE, Dejalma. **Teoria Política**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

CRUVINEL, Tereza (Org.). **Colunismo: análise, opinião e ética**. São Paulo: Record, 2006.

FEDERAÇÃO Nacional dos Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória-ES, 2007. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. 11. ed. Porto Alegre: LPM, 2003.

HOHLFELDT, Antonio; BARBOSA, Marialva (Org.). **Jornalismo no século XXI: a cidadania**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

JAEGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego**. 2. ed. Brasília: Martins Fontes, 1989.

LAGO, Rudolfo (Org.). **Prática e conhecimento**. São Paulo: Record, 2006.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo político**. São Paulo: Contexto, 2011.

MEDINA, Cremilda (Org.). **Lugar de Jornalista**: no centro das tensões. São Paulo: Record, 2006.

MELO, José Marques de. **História social da imprensa**. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2003.

SANTAYANA, Mauro (Org.). **A ética, dentro e fora das redações**. São Paulo: Record, 2006.

SEABRA, Roberto (Org.). **Jornalismo político**: história e processo. São Paulo: Record, 2006.

SILVA, Luiz Martins da (Org.). **Jornalismo público**: o social como valor-notícia. São Paulo: Record, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro. Mauad, 1999.

WIKIPEDIA. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Direito\\_divino\\_dos\\_reis](http://pt.wikipedia.org/wiki/Direito_divino_dos_reis)>. Acesso em: 20 maio 2012.